



CONSELHO GERAL

ATA N.º 4/2012

Reunião Extraordinária do Conselho Geral

_____ No dia vinte e dois de junho de dois mil e doze, pelas onze horas e dez minutos, reuniram-se na Sala do Conselho Científico da Reitoria da Universidade dos Açores os membros do Conselho Geral da Universidade dos Açores, por convocatória do seu Presidente, Doutor Ricardo Manuel Madruga da Costa, com a seguinte agenda: _

- _____ 1. Votação da ata da reunião de 22 de maio de 2012; _____
 - _____ 2. Apresentação do parecer estatutário emitido pelos conselheiros externos sobre o Relatório e Contas 2011; _____
 - _____ 3. Análise e votação do Relatório e Contas 2011; _____
 - _____ 4. Análise do Orçamento Retificativo 2012; _____
 - _____ 5. Análise, discussão e votação de uma proposta final relativa aos critérios de imputação, com base nas propostas já apresentadas pelos Professores Mário Gata e Mário Fortuna na reunião anterior; _____
 - _____ 6. Análise e votação de pressupostos orçamentais para 2013; _____
 - _____ 7. Esclarecimentos sobre a posição da reitoria relativamente à situação de grande precariedade que vem afetando o regular funcionamento de alguns cursos e projetos, nomeadamente no DOP e DB, bem como a gestão da Granja Universitária; _____
 - _____ 8. Esclarecimento da reitoria sobre as perspectivas que se apresentam para o próximo ano letivo, nomeadamente quanto aos meios financeiros e humanos necessários à sua viabilização, bem como, no quadro atual, sobre a existência de condições indispensáveis ao prosseguimento de projetos, em particular no que toca aos que estão associados a financiamento externo, e prestação de serviços; _____
 - _____ 9. Esclarecimentos, à luz das condições atuais, sobre a posição da reitoria relativamente às vertentes da investigação e da prestação de serviços pela Universidade dos Açores; _____
 - _____ 10. Informação a prestar pela reitoria sobre o processo de contratações à hora letiva ou por contrato a termo, a realizar à luz do Despacho do Vice-Reitor, bem como sobre os projetos atualmente acolhidos na Fundação Gaspar Frutuoso; _____
 - _____ 11. Esclarecimento da reitoria sobre a distribuição de fundos disponíveis, em particular sobre as situações de saldo zero que afetam algumas unidades orgânicas; _____
 - _____ 12. Esclarecimento da reitoria sobre as irregularidades com a cobrança de propinas e medidas destinadas a contornar a situação daí decorrente; _____
 - _____ 13. Situação de uma vaga no Conselho Geral causada pelo termo do mandato de um dos representantes dos estudantes, constatando-se que nenhum dos substitutos tem condições para assumir o exercício; _____
 - _____ 14. Outros assuntos de interesse para a Universidade dos Açores. _____
- _____ Estiveram presentes os seguintes membros: _____
- _____ Doutor Alfredo Emílio Silveira de Borba; _____



_____Doutor Carlos Eduardo Pacheco Amaral; _____
_____Doutor Carlos Fernando Mimoso Vouzela; _____
_____Doutora Maria Gabriela Pereira da Silva Queiroz; _____
_____Doutor Mário Alexandre Pousão da Costa Gata; _____
_____Doutor Mário José Amaral Fortuna; _____
_____Doutor Tomaz Lopes Cavalheiro Ponce Dentinho; _____
_____Estudante Luís Paulo Ramos Freitas; _____
_____Dr. Delmar António de Sousa Bizarro; _____
_____Dr. Roberto Sousa Rocha Amaral; _____
_____Dr. Francisco Luís de Sequeira Leal Sampaio da Nóvoa. _____

_____Estiveram igualmente presentes o Magnífico Reitor, o Vice-Reitor para a Área Administrativa e o Administrador da Universidade dos Açores. _____

_____Não estiveram presentes a doutora Gilberta Margarida Pavão Nunes Rocha e o Dr. Mário António da Mota Mesquita, tendo qualquer um deles justificado a sua ausência antecipadamente. _____

_____Verificada a existência de quórum, o Presidente do Conselho Geral declarou aberta a sessão. _____

_____1. Não havendo propostas de alteração da ata da reunião de vinte e dois de maio de dois mil e doze, procedeu-se à votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com oito votos a favor e uma abstenção. _____

_____2. Em seguida, o Presidente do Conselho Geral deu conhecimento do Parecer emitido pelos conselheiros externos, sobre o Relatório e Contas de dois mil e onze, fazendo referência aos aspetos mais salientes do Parecer, cuja cópia ficará apensa à presente ata. _____

_____3. De modo a poderem prestar os devidos esclarecimentos acerca do Relatório e Contas 2011, estiveram presentes a Administradora dos Serviços de Ação Social e o Dr. Martins da Cunha, na qualidade de Fiscal Único. _____

_____O Magnífico Reitor agradeceu ao Conselho Geral os votos de rápidas melhoras, aquando da intervenção cirúrgica a que foi submetido, tendo de seguida feito uma breve apresentação do Relatório e Contas, explicando que este Relatório reflete todas as atividades desenvolvidas pela Universidade, tendo sido dado um parecer pelo Fiscal Único, com base nas contas apresentadas. _____

_____O senhor Administrador fez uma síntese dos aspetos mais relevantes do Relatório, explicando que, na ótica patrimonial, se verificou um aumento de prestações de serviços, enquanto o custo de pessoal diminuiu; na ótica de tesouraria, nomeadamente no que diz respeito à execução dos orçamentos das unidades orgânicas / serviços, os encargos gerais excederam o orçamento previsto. _____

_____No que diz respeito ao Relatório e Contas dos Serviços de Ação Social, a senhora Administradora fez uma breve referência aos dados constantes no referido Relatório, nomeadamente no que diz respeito às principais atividades desenvolvidas no ano de dois mil e onze, assim como à execução orçamental e às demonstrações financeiras. _____



_____ O Dr. Martins da Cunha prestou alguns esclarecimentos acerca do Relatório e do Parecer por ele emitido, cuja cópia se encontra apensa à ata, chamando especial atenção para a necessidade de definição e afetação de recursos humanos na área financeira.

_____ Aberto um período de intervenções, o doutor Tomaz Dentinho levantou algumas questões, dizendo ter estranhado não se falar nos cabimentos de receitas consignadas dos projetos e não entender o que fez crescer a dívida, quando houve uma redução de pessoal.

_____ O senhor Administrador aproveitou para esclarecer que, nos centros de custos onde é gerida a receita, a verba não desapareceu e que o que está em causa é um problema de tesouraria e não orçamental.

_____ O doutor Mário Fortuna começou por chamar a atenção para a página trinta e um do Relatório, nomeadamente no que diz respeito à tabela 19 – “Número de ações realizadas por departamentos”, onde é feita uma referência ao Centro de Empreendedorismo, como um centro independente. Tendo em conta que se trata de um Centro que pertence ao DEG, solicitou que se procedesse à correção do quadro. De seguida, fez várias observações, dizendo que o Relatório não faz justiça ao que foi aprovado em Conselho Geral, sendo demasiado excessivo na descrição da agenda cultural dos eventos da Universidade e mostrando uma assimetria incompreensível na sua execução. Chamou ainda a atenção para o facto de não fazer referência às atividades e à apreciação e desempenhos do DEG ou de qualquer outra unidade orgânica, enquanto dedica dez páginas ao Centro de Empreendedorismo. Relativamente às contas, considera que o Relatório está repartido com documentos anexos, sem haver um descritivo adequado da execução do que fora aprovado no orçamento, e não reflete o que transita de saldos das unidades orgânicas, tendo salientado que o mais importante é haver um relatório para execução das atividades da própria Universidade e não um relatório para ser aprovado só para cumprir com as obrigações legais. Em relação ao problema da titularização dos projetos, disse não perceber porque se continua sem ter indicação do que é da Universidade e do que não é da Universidade. Levantou ainda várias questões sobre o saldo de existência, os custos de execução anteriores e as reservas e os enfases, nomeadamente o que se refere à contabilização das propinas não cobradas, perguntando qual o critério que utilizam para reterem a expectativa de cobrança. Por fim, referiu que das contas enviadas, repartidas pela Universidade, há que avaliar o porquê de terem sido autorizadas a algumas unidades orgânicas despesas que ultrapassaram o que fora aprovado em Conselho Geral. Questionou ainda o Fiscal único sobre quais as consolidações que entendia a Universidade devia fazer; sobre o critério que haviam utilizado para o cálculo de amortizações uma vez que persistem reservas sobre o registo do património da Universidade e sobre a impossibilidade de conferência de existências.

_____ Em relação à consolidação, o Dr. Martins da Cunha esclareceu que deviam apresentar contas consolidadas com a Fundação Gaspar Frutuoso e com os Serviços de Ação Social. Sobre a amortização, informou que, com base em mapas de amortizações que são apresentadas, a diferença que existe é bastante elevada, devida aos novos



edifícios da Universidade. Quanto à existência, explicou que a questão está relacionada com faturas em conferência, pois, ao fazerem circulação de saldos, verificaram a existência de faturas não contabilizadas, derivadas de problemas relacionados com procedimentos internos.

O doutor Mário Gata chamou a atenção para a falta de informações sobre o Departamento de Matemática, nomeadamente no que diz respeito a eventos que estão omissos.

O Dr. Roberto Amaral pôs ênfase na estrutura do Relatório, dizendo que este deve passar a refletir o avanço que já foi feito em relação às contas, devendo ser feita igualmente uma apreciação quantitativa e qualitativa do conhecimento do que se tem dos custos e proveitos. Em termos de gestão, sugere que seja determinado um mecanismo de maximização destas contas, para garantir o normal funcionamento da Universidade.

O doutor Tomaz Dentinho fez uma chamada de atenção para a parte relativa aos doutoramentos, dizendo ser necessário fazer uma correção, pois existem mais doutoramentos do que os indicados no Relatório.

A doutora Gabriela Queiroz informou que tem dificuldade em falar no orçamento, nomeadamente no que respeita às unidades orgânicas e aos serviços. Analisando o caso concreto do Departamento de Geociências, que conhece, estão contabilizados montantes que estranha e não compreende.

O doutor Alfredo Borba também fez referência ao caso do DCA, e a alguns valores que estão mencionados e que não compreendem o que significam.

O senhor Administrador esclareceu que a execução sem projetos é o orçamento de funcionamento das unidades orgânicas e o que está refletido é a diferença entre a receita e a despesa do próprio ano.

Antes de proceder à votação, o Presidente do Conselho Geral fez algumas observações sobre o Relatório em si, mais concretamente no que diz respeito à parte narrativa, recordando que em dois mil e dez foi sugerido que o Relatório fosse apresentado de outra forma, sem mencionar os excessos de informações, acrescentando que o que foi apresentado não reflete o desempenho real das unidades orgânicas, nem indica se foram cumpridos/atingidos os objetivos e as metas pretendidas, tendo sido já solicitado à reitoria uma matriz com todas as unidades orgânicas para haver uniformidade, ao que o Magnífico Reitor respondeu que o que apresentaram foi o que conseguiram fazer no pouco tempo que tinham, mas que concorda com as observações feitas e que estas irão ser tidas em conta no próximo ano.

Levado à votação, o Relatório e Contas de dois mil e onze foi aprovado por maioria, com seis votos a favor, um voto contra e cinco abstenções.

O doutor Tomaz Dentinho apresentou a seguinte declaração de voto: “Votei contra porque o relatório e contas não reflete a situação gravíssima em que se encontra a Universidade, designadamente o esvaziamento das verbas de projetos e de atividades em investigação, ensino e prestação de serviços, que impedem o cumprimento dos compromissos assumidos pela Universidade e pelos responsáveis dos projetos e atividades.” A declaração encontra-se apensa à ata.



_____No final da votação, o Dr. Roberto Amaral chamou a atenção para as recomendações feitas no parecer apresentado pelos conselheiros externos, referente ao ponto 2. da ordem de trabalhos, tendo o doutor Carlos Amaral sugerido que as referidas recomendações fossem levadas a votação._____

_____Levadas à votação, as recomendações feitas pelos conselheiros externos foram aprovadas por unanimidade._____

_____Os trabalhos foram interrompidos para almoço às doze horas e quarenta minutos, tendo sido retomados pelas catorze horas e quinze minutos._____

_____4. No que diz respeito ao orçamento rectificativo, o Magnífico Reitor esclareceu que o atraso no envio da documentação se deveu ao facto de ainda não terem dados concretos sobre o empréstimo, tendo acrescentado que, entretanto, haviam recebido informação do Ministério a dizer que o pedido de empréstimo já tinha sido aprovado, por um período de 6 anos, a uma taxa de juros de 5%, prevendo-se que o despacho seja assinado na próxima semana._____

_____O Vice-Reitor acrescentou que o pagamento irá ser trimestral, estando apenas em causa a metodologia de afetação desses encargos às unidades orgânicas, uma vez que os serviços não têm receitas próprias. Como o empréstimo ainda não está assinado, informou que os valores indicados nos mapas são simulações feitas pela Universidade, estando condicionadas à receita final._____

_____Aberto um período de debate, o doutor Tomaz Dentinho mostrou-se contra a solução apresentada, na medida em que este orçamento não reflete o orçamento total da Universidade, mas apenas o empréstimo, e não responsabiliza os serviços centrais pelo pagamento da dívida. Considerando que o que está em causa é uma reestruturação da Universidade, que permita aumentar a receita e diminuir os custos, informou que apresentou ao Presidente do Conselho Geral uma proposta de reestruturação da Universidade dos Açores, tendo estranhado a posição do Presidente do Conselho Geral em não ter aceite a proposta._____

_____Apesar de compreender que o orçamento rectificativo tenha que ir muito para além da mera distribuição do serviço da dívida, devido às circunstâncias da Universidade, o doutor Carlos Amaral disse recusar por inteiro o critério por alunos pesados, pois este critério já foi abandonado há tempos pelo Ministério, não concordando igualmente que o impacto do serviço da dívida seja sentido apenas nas unidades orgânicas, quando também deveria incluir os serviços centrais. Por esses motivos afirmou não estar em condições de aprovar a proposta da reitoria._____

_____Da mesma opinião se mostrou o doutor Alfredo Borba, dizendo que não lhe parece ter sido feito um orçamento rectificativo, pois o que aqui reflete é apenas a distribuição do serviço da dívida, apenas com o esforço das unidades orgânicas, quando os serviços centrais também deveriam contribuir para este esforço. Por fim, reforçou a necessidade de uma revisão estatutária._____

_____Em relação à reestruturação da Universidade, o doutor Mário Fortuna explicou que proceder a uma reestruturação ou revisão estatutária não é a solução, pois não há qualquer revisão que consiga equilibrar as contas da Universidade. Saliu que o que está em causa é a situação deficitária da Universidade, que tem de ser resolvida



urgentemente. Referiu que, apesar de ter sido decidido no Conselho Geral que a reitoria deveria contactar as unidades orgânicas para elaborarem o referido documento, tal não foi feito. Em relação ao critério de imputação, discorda que seja o dos alunos pesados, porque não é a área do ensino que está a gerar a situação de défice. Segundo afirmou, o problema do orçamento rectificativo da Universidade deve ser abordado pelos défices gerados no ano anterior, fazendo imputação em função da despesa efetiva de cada unidade orgânica, aceitando que se faça um rectificativo com este princípio, que inclui os serviços, e não contabilizando os alunos. Considerou ainda, a propósito dos défices gerados, não ser razoável haver derrapagens e resolver-se o problema sobrecarregando aqueles que mostraram solidariedade, pois a solidariedade exige coerência interna e tem que ser feita nos dois sentidos sob pena de não fazer sentido. Explicou a proposta que submetera para que a imputação dos custos acrescidos fosse feita em função das despesas geradas por cada unidade orgânica no ano anterior.

Na sequência das observações feitas pelo doutor Mário Fortuna, a doutora Gabriela Queiroz solicitou que fosse esclarecido onde está a derrapagem desta unidade. Quanto à docência lembrou que foram os órgãos da Universidade, nomeadamente o Senado, que reprovaram as propostas concretas do curso de licenciatura em Geologia e do mestrado em Geologia para o Ensino. Quanto à questão do orçamento, disse compreender que este orçamento tenha sido feito com base nos alunos pesados, pois foi feito através da fórmula que foi utilizada para a distribuição de verbas no ano anterior.

Considerando que o que está em causa é resolver um problema pontual, e tendo em conta que o critério dos alunos pesados não é o mais adequado, o Dr. Roberto Amaral sugeriu que se adotasse um critério mais simples, distribuindo a verba pelas unidades orgânicas e pelos serviços centrais.

O doutor Mário Fortuna concordou com a apreciação do Dr. Roberto Amaral, acrescentado que fazer a imputação por via da despesa é a solução mais correta, sendo que, dentro da despesa, os serviços centrais estão incluídos.

O doutor Tomaz Dentinho concordou com a proposta apresentada pelo doutor Mário Fortuna e subscrita pelo Dr. Roberto Amaral, dizendo que, em vez de se atribuir culpas aos departamentos, há que criar regras para que se possa resolver a situação deficitária.

Na sequência das intervenções anteriores, o Presidente do Conselho Geral relembrou a proposta apresentada pelo doutor Alfredo Borba na reunião anterior, que tinha por objetivo a entrega, por parte da reitoria, de um Plano Estratégico e de um Plano de Ação a curto prazo, capaz de dar alguma perspetiva para o momento presente e para o futuro, e onde estivessem indicadas as medidas estratégicas a serem aplicadas. Referiu, no entanto, que o orçamento rectificativo apresentado foi mais simplista. No que diz respeito às propostas apresentadas pelo doutor Tomaz Dentinho, que consistiam em alterar competências das unidades orgânicas, atribuindo-lhes autonomia financeira, e proceder a uma reestruturação orgânica da Universidade, constituindo faculdades onde seriam agregadas as unidades orgânicas, entendeu que não as devia agendar, uma vez que não cumpriam as disposições dos estatutos. Acrescentou que as propostas, nestas circunstâncias, devem ter origem num requerimento subscrito por dois terços dos



membros em efetividade de funções, visando promover a revisão do estatuto e não disposições avulsas.

Voltando a intervir, o doutor Carlos Amaral chamou a atenção para o facto de o Conselho Geral ter solicitado à reitoria a apresentação de um orçamento retificativo geral da Universidade e, nela, das unidades orgânicas e dos Serviços, enquanto o documento apresentado se reduzia a uma mera distribuição do serviço do empréstimo. Afirmou ainda que, à partida, a proposta do Dr. Roberto Amaral e do doutor Mário Fortuna parece mais funcional que a dos alunos pesados. Por fim, considerou a redução do défice como um aspeto positivo, mas que também não deixa de ser extremamente negativo, na medida em que esta redução está a dar origem à degradação científica e académica da Universidade.

Em relação às observações feitas pelos conselheiros, o Magnífico Reitor informou que esta reitoria não se sente incapaz de resolver o problema e pretende cumprir com as medidas que haviam preconizado no plano inicialmente apresentado pela reitoria, tendo salientado que, em cada unidade orgânica, há que haver equilíbrio entre ensino e investigação. Sobre a proposta apresentada pelo Dr. Roberto Amaral e pelo doutor Mário Fortuna, disse concordar plenamente.

O Vice-Reitor concordou que o orçamento retificativo não deve ser feito com o critério dos alunos pesados, mas sim com base na despesa do ano anterior, por ser mais objetivo. Em relação ao empréstimo, esclareceu que este vai permitir pagar não só as dívidas associadas a obras, mas também faturas associadas a entidades financiadoras, no sentido de se conseguir obter a verba dos financiamentos dos projetos, acrescentando que o ajustamento tem de ser feito de forma descentralizada. No entanto, lembrou que, de acordo com a distribuição interna e com a Lei dos Compromissos, não se pode efetuar qualquer tipo de despesa sem haver fundos disponíveis.

Na opinião do Dr. Sampaio da Nóvoa, o problema não está no retificativo, mas sim numa reestruturação da Universidade, que abra um caminho novo para uma estrutura sólida.

Havendo consenso em que o orçamento retificativo deve ser posto de parte, dando lugar à proposta apresentada pelo Dr. Roberto Amaral e pelo doutor Mário Fortuna, o Presidente do Conselho Geral procedeu à votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com sete votos a favor, um voto contra e quatro abstenções.

5. O doutor Mário Gata prestou alguns esclarecimentos adicionais sobre a proposta relativa às dotações orçamentais iniciais dos departamentos da Universidade, explicando que as alterações agora apresentadas se devem ao facto de terem verificado que alguns departamentos estão a ser penalizados, tendo o doutor Mário Fortuna acrescentado que esta proposta não é mais do que um aperfeiçoamento do que foi proposto anteriormente, pois a fórmula não altera o princípio, mas sim o critério, que tem em linha de conta a área do curso e a carga de serviço efetivo.

O doutor Alfredo Borba mostrou a sua discordância em relação à adoção deste critério, alegando que não vê diferença entre o documento completo e o que veio anteriormente ao Conselho Geral, estando a faltar as simulações, ao que o doutor Mário Gata esclareceu que não fizeram as simulações totais de todas as unidades orgânicas,



porque ainda havia necessidade de se efetuar correções, tendo salientado que o que aqui está a defender são princípios, não são apuramentos de resultados. O doutor Mário Fortuna acrescentou ainda que a fórmula atual não é boa e que esta aproximação é uma melhoria significativa em relação à anterior.

O doutor Carlos Amaral referiu que a fórmula de redistribuição interna do *plafond* do Ministério não deve ter por base os alunos pesados, pois, das várias áreas do saber os alunos detêm a mesma dignidade e todos têm as mesmas necessidades. Segundo afirmou, esta proposta deve ser recusada e substituída por outra, pois a Universidade tem por missão fazer ensino, prestar serviço à comunidade, investigação, não se podendo pegar no dinheiro do Ministério e redistribuí-lo apenas pela vertente do ensino. Defendeu a revisão do contributo da investigação para o financiamento da Universidade, argumento que a distribuição do Orçamento de Estado deve ser feita com base no ensino assegurado pelos Departamentos, mas deve atender igualmente à investigação que promovem e aos serviços que prestam à comunidade.

O doutor Mário Fortuna reagiu, dizendo que não vê na proposta do doutor Carlos Amaral uma proposta propriamente dita, mas sim uma 'crítica' à proposta por ele apresentada e que o que está a propor não faz sentido nenhum, pois a lógica é a que está na fórmula atual. Por fim, apresentou um protesto ao Presidente do Conselho Geral, no sentido de só aceitar propostas concretas e lógicas.

No que diz respeito à fórmula, a doutora Gabriela Queiroz considerou que esta é muito melhor, concordando que não se deve ver só a questão dos alunos, mas também a parte da investigação. Em termos da vertente da educação/docência, considerou ter sido dado um passo importante, não se devendo esquecer que é necessário contabilizar a parte da investigação e dos serviços prestados.

O doutor Carlos Amaral lembrou que na última reunião havia sugerido que, para o debate desta matéria, se partisse dos princípios pelos quais se deveria reger a repartição pelas unidades orgânicas e pelos serviços centrais do financiamento atribuído à Universidade pelo Governo da República. Sublinhou ainda que havia apresentado ao senhor Presidente do Conselho Geral uma proposta concreta sobre a matéria. Tratava-se de uma proposta distinta daquela apresentada pelos doutores Mário Fortuna e Mário Gata, mas nem por isso menos legítima ou completa. Não apresentava uma fórmula, é certo. Não o fazia por não deter instrumentos adequados para o efeito e na medida em que, a fim de salvaguardar as respetivas racionalidade e objetividade, uma tal fórmula deveria ser elaborada, e testada, pelos serviços apropriados. Sublinhou que o Ministério havia abandonado, há muito, o critério de alunos pesados, conceito cuja racionalidade contestou, exemplificando com a comparação do "peso" atribuído às várias áreas do saber, concluindo que se tratou de um princípio, com uma matriz ideológica evidente, altamente discriminatório das Ciências Humanas, em particular. Referiu ainda que o mecanismo atual de definição dos montantes que o Ministério atribui às várias Universidades Portuguesas nada tem a ver com os respetivos "alunos pesados". Tanto assim, continuou, que, tal como se verificou no passado e se verifica no presente, não é racionalmente expectável que o financiamento a atribuir à Universidade dos Açores venha a oscilar em função dos seus "alunos pesados", aumentando quando o número



destes cresce e diminuindo quando baixa. Por outro lado, considerou que a fórmula proposta pelos doutores Mário Gata e Mário Fortuna incide exclusivamente sobre um dos momentos que enforma a missão da Universidade, o ensino, em detrimento dos demais, que ignora, por inteiro. Por estas razões, propõe que a repartição do *plafond* atribuído pelo Ministério se faça segundo uma fórmula, que tenha em conta, não os "alunos pesados", conceito há muito abandonado pelo próprio Ministério e que nada tem a ver com o atual mecanismo ministerial de financiamento das Universidades Públicas, mas os alunos matriculados na instituição. De resto, a fórmula deverá integrar os demais vetores da missão da Universidade, contexto em que a distribuição do financiamento Ministerial pelas unidades orgânicas deverá atender, a fim de poder possibilitar, à investigação que nela é desenvolvida e aos serviços à comunidade que é chamada a prestar. Em vez de as castrar, e, por esta via, condenar o próprio projeto Universidade dos Açores, a distribuição do financiamento ministerial pelas unidades orgânicas deverá, isso sim, decorrer, também da investigação e da prestação de serviços à comunidade, possibilitando o cumprimento continuado da própria missão da Universidade. Por último, defendeu que a fórmula deverá ter em linha de conta as despesas obrigatórias, das unidades orgânicas e dos serviços centrais, designadamente em termos das respetivas despesas com pessoal. _____

_____ O doutor Mário Gata esclareceu que esta metodologia é uma correção da proposta anterior, aprovada na última reunião, e não uma proposta nova e que os ajustamentos podem ser perfeitamente incluídos nestas tabelas/fórmulas, só sendo complicado criar uma fórmula que incluía tudo. _____

_____ O doutor Tomaz Dentinho apoiou o que foi dito pelo doutor Mário Gata, concordando igualmente com as preocupações demonstradas pelo doutor Carlos Amaral, que, em seu entender, devem ser incluídas na presente fórmula. _____

_____ Posta à votação, a proposta foi aprovada por maioria, com cinco votos a favor, três votos contra e quatro abstenções. _____

_____ A doutora Gabriela Queiroz apresentou a seguinte declaração de voto: “Votei a favor da proposta por considerar que a metodologia apresentada é mais justa que a anterior na forma de contabilizar os alunos pesados, terminando com o processo desajustado de prestação de serviços entre unidades orgânicas. No entanto, penso que esta deve ser apenas uma parte da fórmula de distribuição interna das verbas do OE, devendo ser incluídas também as vertentes de investigação, prestação de serviços e gestão universitária, atividades inerentes à carreira docente universitária”. A declaração ficará apensa à ata. _____

_____ 6. Com vista à análise e votação de pressupostos orçamentais para dois mil e treze, o senhor Administrador explicou que se fez uma atualização do número de alunos de dois mil e dez / dois mil e onze e de dois mil e onze / dois mil e doze, tendo sido emitido o pressuposto de que o orçamento de estado de dois mil e treze seria idêntico ao de dois mil e doze. Acrescentou ainda que os mapas apresentados já estão ultrapassados e que devem ser reformulados, na medida em que o cálculo não teve em conta a decisão do ponto anterior. _____



_____ O doutor Tomaz Dentinho sugeriu que os serviços centrais fizessem a percentagem dos serviços cobrados, devendo indexar os gastos dos serviços centrais às receitas e introduzir controlo nas despesas que estão afetas àqueles serviços. _____

_____ O doutor Mário Fortuna referiu que na proposta apresentada pela reitoria não está indicada a percentagem de saldos, havendo necessidade de saber como se vai encarar a solidariedade entre unidades orgânicas no próximo ano. De resto, acrescentou, falta o exercício de verificar o que vai ser o orçamento do próximo ano. Subscreeveu uma proposta com um cenário de 30% de retenção de saldos das unidades orgânicas que geram saldo negativo. Por fim, salientou que a única coisa que pode ser aprovada é a percentagem da coesão. _____

_____ De seguida, procedeu-se à votação da percentagem de coesão a aplicar, tendo-se apurado os seguintes resultados: _____

_____ 20%: cinco votos _____

_____ 25%: dois votos _____

_____ 30%: quatro votos _____

_____ votos em branco: um voto _____

_____ Foi aprovada, por maioria dos votos, a fixação 20% para a percentagem de coesão a aplicar. _____

_____ 11. Não havendo condições para se discutir os restantes pontos da ordem de trabalhos, dado o adiantado da hora, passou-se de imediato para os esclarecimentos da reitoria sobre a distribuição de fundos disponíveis, em particular sobre as situações de saldo zero que afetam algumas unidades orgânicas. _____

_____ O Dr. Roberto Amaral afirmou que a distribuição dos saldos apresenta apenas o resultado do que foi aprovado na reunião anterior sob proposta do doutor Mário Fortuna. _____

_____ O doutor Carlos Amaral alertou para a urgência de se repensar a fórmula de redistribuição dos fundos disponíveis da Universidade e de se arranjar outro critério, onde possam ser incluídos os projetos que já tenham recebido financiamento. Tratando-se de um saldo flutuante, referiu que o critério aplicado não pode ser aprovado, na medida em que a falta de fundos disponíveis fez com que alguns departamentos ficassem sem saldos para poderem dar algumas das suas aulas. Apesar de não ter uma fórmula alternativa para apresentar e de reconhecer que o montante que a Universidade tem para dividir é escassíssimo, considera, no entanto que a fórmula adotada e aprovada na última reunião deve ser anulada e substituída por outra, obedecendo a um mínimo de equidade. Acrescentou que, em matéria de fundos disponíveis, a primeira prioridade deve ser dada à docência, não sendo legítimo haver pagamentos em atraso desde o primeiro semestre de horas letivas dadas por docentes pagos à hora, e que a investigação deve ser contemplada noutra perspetiva, num quadro da Fundação Gaspar Frutuoso, onde não estão sujeitos à regra dos fundos disponíveis. Dado o adiantado da hora, sugeriu que, encerrado este ponto da ordem de trabalhos, se interrompesse a reunião, retomando-a com a maior brevidade possível, para se dar continuidade aos assuntos que ainda não tinham sido tratados. _____



_____ O doutor Alfredo Borba recordou que o que levou à votação da fórmula utilizada foi terem constatado que determinados departamentos contribuíam para a solidariedade entre os departamentos. No entanto, não compreende que critérios foram utilizados para chegarem àqueles valores. _____

_____ O Vice-Reitor esclareceu que o que está em causa é a regra interna de redistribuição, recordando que antes já existia uma regra que tinha em conta o contributo das unidades orgânicas para os fundos disponíveis, e que a alteração proposta tinha dado origem a que algumas unidades orgânicas ficassem sem fundos disponíveis, para poderem efetuar as suas despesas. Salientou ainda que, dadas as circunstâncias atuais e o estado de degradação da Universidade, é preciso fazer opções para se minimizar a degradação existente. Se a regra for alterada, também concorda que sejam feitas alterações, para evitar que alguns departamentos fiquem sem saldo durante meses seguidos. _____

_____ Na sequência da intervenção do Vice-Reitor, o Presidente do Conselho Geral sugeriu que 50% dos fundos disponíveis fossem distribuídos de forma proporcional por cada unidade orgânica. _____

_____ Considerando tratar-se de uma fórmula suicidária, o doutor Tomaz Dentinho afirmou que é preciso cortar com pessoal para a sobrevivência da Universidade, tendo acrescentado que só é fundo disponível a percentagem de overhead dos projetos. _____

_____ Segundo o Dr. Roberto Amaral este critério proposto pelo Vice-Reitor tem razão de ser, mas é preciso não esquecer a situação dos projetos, pois enquanto alguns projetos têm fundos e não podem gastar, outros têm de efetuar despesa para conseguirem obter o financiamento. _____

_____ O doutor Carlos Amaral propôs a seguinte alternativa: reserva de 10% dos fundos disponíveis para a reitoria e os serviços centrais da Universidade; os restantes 90% divididos em duas partes iguais pelos Departamentos. A primeira, em função do respetivo número de alunos e de professores, a segunda, em função dos critérios originalmente propostos pelo Conselho de Administração, tendo o doutor Tomaz Dentinho sugerido, em alternativa, a percentagem de aplicação de 35% + 65%. _____

_____ O doutor Carlos Vouzela alertou para o facto de existirem determinados aspetos que, nesta fase da discussão, considera supérfluos, visto não se estar a dar prioridade à forma de como as despesas devem ser diminuídas na Universidade dos Açores, devendo ser, já de imediato, a reitoria a dar conhecimento como o pretende fazer e ser, desde já, a primeira a dar o exemplo. Também, lembrou e mencionou que existem estruturas na reitoria, criadas pela mesma, que, até ao momento, têm sido ineficientes, mas consumidoras de verbas que poderiam reverter em favor da diminuição dos encargos na Instituição, ou ajudar a solucionar problemas financeiros em áreas ou serviços deficitários. _____

_____ Na sequência das intervenções e da correção, por parte do doutor Carlos Amaral, da proposta que apresentou, o Presidente do Conselho Geral colocou à votação a seguinte proposta de distribuição do “fundos disponíveis”: 10% para a reitoria e serviços centrais; 45% para as unidades orgânicas em função da respetiva despesa; 45%



para as unidades orgânicas em função dos critérios inicialmente propostos pelo Conselho de Administração. _____

_____A proposta foi aprovada por maioria, com quatro votos a favor, um voto contra e cinco abstenções. Nesta votação não está incluído o voto do doutor Mário Fortuna, que entretanto se tinha ausentado da reunião e não participou na discussão havida sobre este assunto. _____

_____No final da votação o Vice-Reitor alertou para a necessidade de se ter em conta o que é prioritário neste momento, como é a questão dos fundos disponíveis, sugerindo que o assunto fosse pensado com mais reflexão. _____

_____Havendo necessidade de se definir uma percentagem, o doutor Tomaz Dentinho apresentou a seguinte proposta: “As despesas dos serviços centrais devem ficar limitadas a uma percentagem das receitas totais”. _____

_____Perante a insistência do doutor Carlos Amaral, em que os demais pontos da ordem de trabalhos não fossem ignorados e fossem tratados – tarefa que, não sendo possível assegurar naquele momento (dado o adiantado da hora e o cansaço generalizado), deveria ser concretizada com a brevidade possível, seja na continuação da reunião, seja em nova reunião –, o Presidente do Conselho Geral considerou mais prudente encerrar a reunião e agendar outra, começando com os pontos que não foram discutidos na presente reunião, tendo o doutor Tomaz Dentinho sugerido que a próxima reunião fosse feita quando houvesse uma proposta concreta da reitoria, para aumentar as receitas e diminuir as despesas. _____

_____14. Antes de dar por encerrada a reunião, o Presidente do Conselho Geral lamentou o facto de alguns conselheiros entenderem que devem fazer comentários sobre a instituição, junto dos órgãos de comunicação social, quando os Estatutos da Universidade dos Açores não permitem que o próprio Presidente do Conselho Geral o faça, apesar de já ter sido solicitado por diversas vezes para fazer entrevistas. Mais lamentou estarem a circular de forma aberta e com circulação alargada, posições críticas da parte de alguns docentes as quais, do seu ponto de vista, configuram atos reprováveis e, até, envolvendo atitudes de verdadeira rebelião. _____

_____Não havendo mais assuntos a tratar, deu-se por encerrada a reunião às dezanove horas, da qual se lavrou a presente ata que, depois de aprovada, irá ser assinada nos termos da Lei. _____

O Presidente do Conselho Geral: